



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADE NEGRA

Silmara Aparecida do Nascimento

Universidade Estadual de Maringá

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

e-mail: sil_celeste@hotmail.com

RESUMO

A partir de estudos realizados acerca das representações sobre os negros na obra “*Casa Grande & Senzala*”, de Gilberto Freyre, e de leituras feitas a respeito da questão racial e da identidade negra no Brasil, mais especificamente do livro “*Torna-se Negro*” de Neusa Souza, que contempla as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social, o presente artigo tem por objetivo analisar quais as características ou atributos que Freyre concebe como elementos inerentes a identidade do negro em nosso país que se perpetuaram e legitimaram nas relações raciais e no imaginário nacional. Bem como, tais componentes podem ser identificados nas histórias de vida apresentadas e examinadas na obra de Souza. Verifica-se que a importância do desenvolvimento de estudos sobre a problemática sugerida, ou de temas relacionados, se dá no sentido de buscar analisar e compreender o pensamento social brasileiro, muitas vezes, pré-estabelecido sobre o negro no país. Não obstante, para se pensar também os aspectos que contribuíram para o processo de construção da identidade dos afro-descendentes brasileiros a partir da difusão do discurso gilbertiano. Isto é, Como a obra em questão constituiu-se em um mecanismo motor responsável pela transmissão e reprodução de representações sociais (racistas e preconceituosas) de uma época para outra até os dias de hoje.

Palavras-chave: representações sobre os negros, “*Casa Grande & Senzala*”, identidade negra, imaginário nacional.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão e elucidação da temática sugerida, faz-se necessário, inicialmente, refletirmos sobre as principais discussões que permeiam o campo de estudos do negro no país. E como as noções disseminadas acerca deste grupo social transitaram ao longo da história, ou seja, de concepções essencialmente racistas e preconceituosas a estudos direcionados a desconstrução destes ideários formulados durante décadas no cenário nacional. Na sequência, discutiremos as representações e as articulações do pensamento de Freyre sobre os negros em sua obra considerada, por muitos intelectuais, como um clássico das Ciências Sociais e da literatura brasileira. E



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

posteriormente, analisaremos os possíveis desdobramentos e/ou configurações dessas ideias nas falas dos interlocutores selecionados pela psicanalista, psiquiatra e escritora Neusa Souza, no intuito de observar a similaridade ou distanciamento dos argumentos, no que tange o assentimento identificatório.

Preconceitos Raciais no Brasil

Se analisarmos os diferentes momentos em que se desenvolveram as discussões acerca das questões raciais no decorrer da história do Brasil, podemos observar que estas refletem uma espécie de misticismo “científico” edificado por diversos intelectuais, em diferentes períodos, e projetado no imaginário nacional. Assim, a reprodução de mecanismos que regem a dominação sociocultural e preconceitos ainda arraigados em nossa sociedade são, de certa forma, efeitos das chamadas teorias racistas professadas na segunda metade do século XIX, da herança escravocrata e, por conseguinte do processo de introjeção da inferioridade do negro no pensamento social brasileiro. Vejamos, brevemente, alguns dos principais expoentes disseminadores das noções de raça e relações raciais difundidas em nossa sociedade.

Um dos primeiros estudos realizados sobre o negro no Brasil surge no final do século XIX por Raimundo Nina Rodrigues. Professor de medicina legal, um dos introdutores da antropologia criminal, antropometria e frenologia, escreveu sobre a presença do negro em diferentes perspectivas, ou seja, procurou abordar, em seus estudos, aspectos físicos, psíquicos, sociais, culturais, dos africanos e afro descendentes, inaugurando diversos trabalhos sobre o chamado racismo científico no Brasil (BUONICORE, 2005). Nina Rodrigues realizou, ainda, vários estudos sobre a mestiçagem na sociedade brasileira, os quais disseminou suas críticas sobre este processo e seus desdobramentos no desenvolvimento da nação. Assim, o cientista baiano apresenta, entre uma tese e outra, considerações acerca do negro e do mestiço, desenvolvendo idéias relacionadas à crença da inferioridade, também, numa suposta degenerescência física e mental dos negros e mestiços, e sua propensão ao crime (BUONICORE, 2005).

Nascido no Rio de Janeiro em 1883, Oliveira Viana, outra forte expressão do cenário intelectual brasileiro, contribui com dois importantes trabalhos referente às populações existentes no território nacional, obras intituladas, “Populações Meridionais do Brasil e Evolução do Povo Brasileiro”. Graduou-se pela Faculdade de Direito do Rio



de Janeiro, onde se efetivou, posteriormente, como professor. Conforme Buonicore (2005), Viana teve também relevante atuação na esfera política, principalmente após a Revolução de 1930. Oliveira Viana é considerado o último representante do chamado racismo pseudocientífico brasileiro. Viana enaltece a presença do personagem português no processo de colonização do país no sentido de desprezar qualquer forma de contribuição de outros personagens, como o negro e o indígena, na formação histórica e cultural do Brasil. Desde modo, a “raça branca” seria a única capacitada para conduzir os rumos da sociedade brasileira, isto é, pelos racialmente superiores. Viana, em suas descrições, demonstrou forte repulsa pelas características estéticas dos negros, manifestando, assim, seu desprezo pelas populações não brancas do país. O historiador Buonicore (2005) assinala que teríamos em ambos os casos, Nina Rodrigues e Oliveira Viana, uma trágica ironia da ciência racial no Brasil, em vista que os dois autores eram descendentes de africanos, ou seja, típicos mestiços brasileiros.

Outro significativo trabalho sobre o negro no Brasil foi realizado pelo sociólogo-escritor pernambucano Gilberto Freyre, em uma de suas principais obras *Casa Grande & Senzala*. Estudo de notória relevância no cenário político, histórico e cultural nacional, inaugura uma nova forma de pensar a questão racial no Brasil. A partir de sua publicação em 1933, a obra traça uma espécie de linha divisória entre o antes e o depois do pensamento social brasileiro formulado e discutido até então. Destarte, a inovação do método, dos temas abordados, corroboraram para o surgimento de um fervoroso debate intelectual, que perdurou por longo período. Neste sentido, *Casa Grande & Senzala* atua como ensaio Clássico da interpretação do Brasil, nos aspectos mais íntimos do passado nacional, e com grande impacto sobre a cultura brasileira.

Freyre tem como uma de suas principais teses o processo de miscigenação. Esse autor analisa tal processo por meio de uma nova perspectiva, a qual sustenta que este condiciona as relações raciais entre brancos, negros e mestiços. Sua posição pode ser claramente notada na seguinte passagem onde argumenta que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que, doutro modo, teria-se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala” (FREYRE, 2006, p. 33). Esta análise teve grande impacto político-cultural na sociedade brasileira da época e, conseqüentemente, foi mais uma vez ponto de convergência de duras críticas.



Neste cenário, umas das imagens mais polemizadas entre os intelectuais refere-se à idéia do mito da democracia racial, subentendido no discurso gilbertiano. Freyre assinala ter observado, pela primeira vez e de modo distinto, os conceitos de raça e de cultura, aspecto, segundo ele, de fundamental importância no norteamento do seu texto (2006). A partir de tal abordagem, o autor procura se distanciar das teorias racistas professadas até o momento e substituir o evolucionismo biológico utilizado, por exemplo, por Euclides da Cunha e Oliveira Viana, por uma espécie de determinismo cultural. No que diz respeito à polémica do discurso gilbertiano sobre a existência de uma suposta uniformidade entre as “raças” no país, podemos observar o quão vasta é a literatura que se formou em oposição a esta discussão. Vejamos abaixo, algumas reflexões apresentadas por um dos intelectuais brasileiros que demonstraram fortes objeções a respeito a esta noção disseminada no imaginário nacional.

Considerado de expressiva importância para as Ciências Sociais no Brasil, o sociólogo e professor Florestan Fernandes, em algumas de suas obras como, “O Negro Mundo dos Brancos”, e “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, demonstra as diversas particularidades resultantes das omissões da sociedade brasileira ante os negros e os mulatos. Assim, em seus estudos, Fernandes realiza várias discussões acerca das características assumidas pelo preconceito, pela discriminação e, por conseguinte pela desigualdade racial no país, evidenciando também, em ambos os trabalhos, a persistência dominante, no pensamento social brasileiro, da noção ideológica de democracia racial. Segundo Fernandes, uma das questões chaves das apreensões das relações raciais no Brasil é o “preconceito de não ter preconceito”, ou seja, por meio de processos de mudança psico-social e sócio-cultural reais e na esteira de certos fatores profundos e irreversíveis, conserva-se grande parte da herança cultural, que atua como se o brasileiro se condenasse, no âmbito das questões raciais, a repetir o passado no presente. Sobre à questão “democracia racial” o autor considera que esta não passa de um mito social. Para o professor, esta noção seria um mito criado pela maioria, no intento de atender os interesses sociais e valores morais desta, não contribuindo, portanto, para uma diminuição da resistência do branco à ascensão social do negro e, para uma tomada de consciência do negro de sua real situação, incentivando-o à luta por melhores condições de igualdade (FERNANDES, 1972, p. 41).



A história do racismo na sociedade brasileira possui características muito peculiares, dentre as quais se destaca a significação da mestiçagem ou miscigenação no processo de construção da identidade nacional. Conforme Munanga (2002), a partir da noção de miscigenação, acreditava-se no desenvolvimento do processo de homogeneização biológica que resultaria na construção da identidade nacional. A ideologia do branqueamento atuava como um instrumento de fundamental importância no desenvolvimento desse processo, visto que pensava-se numa nova raça fenotipicamente mais branca como melhor, mesmo que miscigenada. Ainda em consonância com o pensamento deste autor, observamos que o conceito de raça, assim como é empregado hoje, é carregado de ideologia e não tem nada de biológico, haja vista que toda noção ideológica pretere uma relação de poder e dominação.

O conceito de raça veio do latim, e foi utilizado inicialmente para classificar espécies de animais e vegetais. No período medieval, esse termo é utilizado para designar um grupo de pessoas que possuíam um mesmo ancestral (MUNANGA, 2000). Na segunda metade do século XVII, o francês Bernier aplica o termo no sentido utilizado atualmente, ou seja, classifica os seres humanos em grupos distintos. No século XVIII, o antropólogo alemão Blumenbach realça a concepção de Bernier e sistematiza a classificação por ele iniciada. A partir dessas primeiras considerações acerca da diversidade humana, criou-se uma representação, um pré conceito ante todos os povos não europeus e/ou de culturas hegemônicas. Esta criação fictícia, elaborada no imaginário coletivo de diversas populações, assenta-se nas diferenças fenotípicas, de modo que é por meio dessas construções de “raças sociais” que se reproduzem e se conservam os mecanismos que geram os racismos populares. Logo, o termo negro, como observado constitui-se numa construção ideológica, ou seja, invenção fundada em critérios racistas.

Aproximando Fenômenos

Se realizarmos uma leitura da primeira obra elegida como objeto de análise no presente trabalho, conforme sugere Edward Said (1990)¹, em estudos sobre *O*

¹ Sobre os principais dispositivos metodológicos propostos por Edward Said para o estudo da autoridade e, por conseguinte, representações – imagens que elaboramos mentalmente sobre o outro e sobre tudo que nos está à volta, e que podem não corresponder e/ou estão longe de corresponder com o que estas são ou podem ser – têm-se o que o autor identifica como localização estratégica e formação estratégica, que se referem ao modo de descrever a posição do autor em um texto sobre o qual escreve e sua densidade com



Orientalismo, podemos observar que Gilberto Freyre constrói uma série de representações a respeito dos negros no Brasil, as quais se manifestam até os dias de hoje, vestidas em diversas formas de preconceitos. Como exemplo dessas imagens difundidas no livro a respeito dos negros na sociedade brasileira, vejamos o seguinte trecho, o qual Freyre expressa juízos de valor acerca desses povos:

A influência africana fervendo sobre a européia e dando um acre requieime à vida sexual, à alimentação, à religião; o sangue mouro ou negro correndo por uma grande população brancarana quando não predominando em regiões ainda hoje de gente escura; o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval; tirando os ossos ao cristianismo, ao feudalismo, à arquitetura gótica, à disciplina canônica, ao direito visigótico, ao latim, ao próprio caráter do povo. A Europa reinando mas sem governar; governando antes África (FREYRE, 2006, p. 66).

É possível observar, nesse período, o estilo categórico do autor em circunscrever seu entendimento acerca dos povos africanos. Logo se utiliza de diversos adjetivos para construir um cenário de narração *natural* que conduz o leitor para um universo de aparente veracidade de seu discurso. Nesse sentido, algumas formas de expressões como “a influência africana fervendo sobre a européia”, “o ar da África, um ar quente, oleoso, amolecendo nas instituições e nas formas de cultura as durezas germânicas; corrompendo a rigidez moral e doutrinária da Igreja medieval”, moldam a imagem de indivíduos que, devido à cor da pele, possuem determinadas características específicas e/ou diferenciadas no que se refere a formas de pensar, de agir, costumes, crenças, rituais, capacidades físicas, sexuais, e, por conseguinte, naturalizadas pelo autor.

Se estabelecermos um panorama geral da percepção do autor acerca da cultura africana, em seu notório ensaio, veremos que esta se apresenta como uma forma de expressão mole, vaga, envolta de erotismo, misticismo e, sobretudo, de fácil manuseio ou domínio. Nessa mesma ótica, a cultura é vista a partir de fêmeas voluptuosas, exóticas (propensas ao intercuro sexual), e machos extrovertidos, plásticos, com capacidades físicas excepcionais, e de expansiva influência no ritmo social colonial. Por fim, observa-se a ideia de povos exuberantes, sem quase nenhuma repressão dos impulsos individuais, cuja moral sexual se debruça em aspectos fetichistas e dissolutos, e de vigor físico inato.

relação a outros textos. Isso possibilita perceber a exterioridade do autor com relação ao que descreve. Cf. SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras 1990.



Avaliando a extensão do discurso do autor, percebemos que construções textuais estereotipadas e preconceituosas se fazem sentir continuamente ao longo da obra. Ainda que, às vezes, não apareçam de modo tão explícito, as classificações estão disseminadas sutilmente na estrutura do texto, formando uma espécie de teia que une as minúcias do pensamento gilbertiano e se traduzem em representações de sua visão de mundo.

A partir das considerações realizadas no tópico anterior e ao lançarmos um olhar sobre a atual conjuntura das relações raciais no Brasil, percebe-se que, ainda hoje, o discurso da classe dominante naturaliza uma suposta inferioridade e caráter submisso do negro. Essa representação é disseminada e legitimada ao passo que o sujeito negro internaliza o mesmo discurso e passa da situação de vitimado a próprio agressor. Este aspecto pode ser observado quando ouvimos a fala de que os próprios negros são preconceituosos, expressão que consiste, para Souza (1983), no ápice da violência racista. Esta se faz sentir na necessidade de destruição da identidade do sujeito negro que, por meio da internalização da hegemonia branca, tende a construir para si um ideal identificatório distinto de sua realidade.

Ao adentrarmos na segunda obra proposta como objeto de análise deste trabalho, intitulada “Torna-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social” (1983) nota-se que se trata de um estudo significativamente inovador, no que toca o universo das pesquisas realizadas até então no país, no campo da psicanálise e da psiquiatria, sobre a emocionalidade e a identidade negra. Conforme, salienta o psicanalista Jurandir Freire Costa no prefácio a obra, a autora põe a serviço do negro sua generosidade e firmeza intelectuais, haja vista que, o resultado seria um alerta que martela a consciência e ecoa aos ouvidos como um grande grito de solidariedade aos injustiçados. Neste sentido, assegura que a autora empresta seu talento aos oprimidos e que é impossível abordar tal estudo com o olhar de quem julga mais um produto de nossa indústria acadêmica. Visto que, neste caso, a dor cria a noção; a indignação; o conceito; a dignidade; o discurso; em detrimento do insípido mundo da respeitabilidade científica (do rigor teórico; coerência conceitual, etc.).

Costa argumenta ainda que, refletir sobre as vicissitudes do negro brasileiro é refletir sobre a violência, consistindo esta, por conseguinte, no aspecto central do problema abordado. Logo, “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais



de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (1983, p. 2). Esta seria a espinha dorsal da violência racista. A leitura que Costa realiza acerca da obra orienta-se então, no sentido, de demonstrar como, esta violência do branco exerce-se, por meio da rigorosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro, e porque este internaliza, de modo compulsório, um Ideal de Ego branco, incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo.

O autor observa que o fetichismo em que se assenta a ideologia racial faz do predicado branco, da brancura, o “sujeito universal e essencial” e do sujeito branco um “predicado contingente e particular”, aspectos que provocam no sujeito negro uma espécie de estímulo ao embranquecimento, ou seja, inspira o desejo de sua própria extinção. Deste modo, sua aspiração é a de, no futuro, deixar de existir, seu anseio é o de não ser ou não ter sido. Assim, de acordo com Costa, o racismo tende a banir da vida psíquica do negro todo o prazer de pensar e todo pensamento de prazer (psiquismo marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio). O corpo é percebido, portanto, como sinônimo de desprazer, suscitando também o chamado “estigma da cor”.

Este quadro torna-se ainda pior a medida que o negro chega a condição, identificada como “*Estado de Alienação*” a qual o mesmo pára de pensar automaticamente conferindo a um outro o direito arbitrário e onipotente de definir a verdade indubitável sobre sua identidade. Visando evitar a dor o negro desiste de defender sua “verdade” (elimina a possibilidade de criação de sua própria identidade). A pessoa parece renunciar os poucos meios possíveis que existe de encontrar escapatórias e negociar soluções. A violência racista obtém seu máximo efeito. Apreciemos abaixo um trecho que expõe algumas das ideias do autor sobre o assunto:

A violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear esta odiosa forma de opressão. Mais difícil ainda, talvez, é entender a flácida omissão com que a teoria psicanalítica tratou até então, este assunto. Pensar que a psicanálise brasileira, para falar do que nos compete, conviveu tanto tempo com esses “crimes de paz”, adotando uma atitude cúmplice ou complacente ou, no melhor dos casos, indiferente, deve conduzir-nos a uma outra questão: Que psicanálise é esta? Que psicanalistas somos nós? (SOUZA, 1983, p. 16).

Souza no decurso do texto explica que seu estudo representa uma tentativa de elaborar um gênero de conhecimento que viabilize a construção de um discurso do negro sobre o negro, no que diz respeito à sua emocionalidade. Isto é, procura lançar um olhar sobre a experiência de ser negro numa sociedade branca. Apontando assim,



características dessa sociedade: de classe e ideologia dominantes branca; de estética e comportamentos brancos; de exigências e expectativas brancas. A autora assevera que saber-se negro (a) em nossa sociedade é viver a experiência de ter sido massacrado (a) em sua identidade, confundido em suas perspectivas, submetido a exigências, compelido a expectativas alienadas. Porém é também, e especialmente, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (1983, p. 18). Nesta esteira, observa que distantes de seus valores originais e representados essencialmente por sua herança religiosa o negro tomou o sujeito branco como modelo de identificação, como única possibilidade de “tornar-se gente”. Logo, se empenha na conquista da ascensão social e paga o preço do massacre nefasto de sua identidade.

Ao discutir sobre o lugar determinado a este grupo social na sociedade brasileira Souza explica que, a sociedade escravista ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. A autora entende o termo raça, como uma noção ideológica, engendrada como critério social para distribuição de posição na estrutura de classe. Neste sentido, assegura que mesmo passado muitos anos da abolição do sistema escravocrata ainda há todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros, elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social (1983, p.19-20). Por esta forma, a ascensão social surgia como a possibilidade de retirá-lo da marginalidade social, onde sempre esteve aprisionado. Representava ideologicamente, segundo a autora, um instrumento de redenção econômica, social e política, capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional.

Neste contexto, esta parcela da população, tradicionalmente excluída dos processos sociais, foi aos poucos conquistando espaços e se integrando à ordem social competitiva, ou seja, ao sistema vigente de classes sociais. Destarte, o negro era e ainda é, em todas as circunstâncias, sujeito a dar provas ultraconvincentes de sua capacidade de ser, pensar e de agir como equivalente moral do branco. A história da ascensão social do negro brasileiro consiste assim, na história de sua assimilação aos padrões brancos de relações sociais, de submissão ideológica de um “grupo racial” em presença de outro que se lhe faz hegemônico, e de uma identidade renunciada, em atenção às condições



que estipulam o preço do reconhecimento ao negro com base na intensidade de sua negação (SOUZA, 1983).

O terceiro capítulo da obra denominado, “O Mito Negro”, o qual se insere como peça chave no desenvolvimento deste trabalho, constitui-se, portanto, como um objeto de análise exemplar, no que toca o modo pelo qual se manifestam as representações criadas e difundidas por Gilberto Freyre, e o processo de incorporação e cristalização destas, tanto na formação psíquica do negro, quanto no imaginário nacional. Tal como, observado na apreciação da obra de Freyre, neste capítulo, Souza evidencia, por meio de extratos de histórias de vida, os mesmos discursos característicos vistos anteriormente, contemporaneamente adaptados, porém portadores de uma mensagem ideológica que busca afirmar uma suposta linearidade da “natureza negra”. Depoimentos que denunciam e traduzem a construção estereotipada da pessoa negra como sujeito irracional, feio, ruim, sujo, sensível, expansivo, superpotente, exótico, etc. Tais aspectos são apresentados como as principais noções representativas do mito negro. Logo, para Souza este seria:

[...] uma fala, um discurso – verbal ou visual – uma forma de comunicação sobre qualquer objeto: coisa, comunicação ou pessoa. Mas o mito não é uma fala qualquer. É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia, o mito é um efeito social que pode entender-se como resultante da convergência de determinações econômicas – político – ideológicas e psíquicas. Enquanto produto econômico – político – ideológico, o mito é um conjunto de representações que expressa e oculta uma ordem de produção de bens de dominação e doutrinação. Enquanto produto psíquico, o mito resulta de um certo modo de funcionamento do psiquismo em que predomina o processo primário, o princípio do prazer e a ordem do imaginário (SOUZA, 1983, p. 24).

Consideramos que ambas as concepções, “mito negro”, e “representações sociais” (conforme o referido estudo), se distinguem apenas em algumas especificidades funcionais, e na designação nominal das expressões, constituindo, de modo geral, numa mesma orientação reflexiva ante a observação de fenômenos análogos. Desta forma, tanto uma quanto a outra têm como resultado a demonstração e/ou manifestação, dos mecanismos que regem a disputa pela dominação cultural e preconceitos raciais ainda arraigados na sociedade brasileira. Nos limites deste artigo, da identificação do negro como despossuído de valores, de civilidade, de humanidade, e precisamente, devido à maior concentração de melanina, a relação grosseira entre cor da pele e miséria.



O primeiro instrumento de investigação revela, por meio do sistema de representações, que o livro mencionado tem intrínseco as paixões de quem o escreve, um cenário histórico-político e cultural específico, que por vezes cumpriu, e ainda cumpre, um papel de grande influência na condução sobre pensamento social e o saber popular no Brasil. O segundo instrumento desvela empiricamente como se manifesta esta influência no dia-a-dia da população negra no país. Para, além disso, circunscreve os ecoos que sinalizam a introjeção, assimilação e reprodução dos anseios e ideais presentes no discurso da supremacia branca. Numa parte do livro, identificada como “Temas Privilegiados” a autora seleciona pequenos trechos das histórias de vida dos entrevistados e os divide em três tópicos: Representação de Si; Das Estratégias de Ascensão; Do Preço da Ascensão: A Contínua Prova. Estes tópicos também sofrem subdivisões, com vistas para melhor exemplificação dos temas.

No que tange a questão do processo de construção da identidade negra, percebe-se que este ainda é uma discussão problemática para as próprias pessoas que se identificam como tal. Muitas vezes, o caminho que se percorre na busca por esta identificação é marcado por inúmeras contradições e opressões sofridas internamente pelo indivíduo. Um dos aspectos que mais se evidencia nas histórias de vida apresentadas por Souza tem a ver com a construção de um Ideal de Ego branco, que se estabelece como primeira regra básica que se impõe, a negação de si próprio, a negação da cor e, por conseguinte das características fenotípicas. Ou seja, o negro nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo. A expressão “ser negro é ter que ser o mais”, se solidifica a medida que ser o melhor seria o fator determinante para ser introjetado, assimilado, e reproduzido (SOUZA, 1983). A autora afirma que:

[...] ser negro é tomar consciência do processo ideológico que, por meio de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro (SOUZA, 1983).

É sabido, portanto, numa perspectiva histórico-política, a necessidade de refletirmos sobre o processo de incorporação do negro no cenário nacional, enquanto sujeito de direitos, e também, no que se refere à sua integração sociocultural, ação esta que se conduz até os dias atuais. Na mesma vereda, outro aspecto que podemos elencar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

como reflexo das noções difundidas e reproduzidas no imaginário nacional acerca de uma visão estereotipada do negro pode ser identificado no modo pelo qual se constrói o personagem negro na teledramaturgia nacional. Conforme artigo publicado por pesquisadoras da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) denominado “*Representação da identidade negra na telenovela brasileira*”, que traz a análise de duas telenovelas globais recentemente transmitidas:

A estilização do negro tem sido feita à base de estereótipos impregnados de alusões à sua estética, ligados à sua descategorização social e à sua suposta frouxidão de costumes, como no caso dos malandros, preguiçosos ou bandidos. Com efeito, como nos lembrou Taís Araújo, o aproveitamento do ator negro na telenovela ainda está condicionado à “cor” do personagem e aos papéis que historicamente lhe têm sido reservados na vida em sociedade. No elenco de uma telenovela, ao ator negro será destinado um personagem para o qual já está previsto a característica étnica. Em outras palavras, um personagem que possa ser indiscriminadamente representado por um negro ou por um branco, o será por um ator branco. Ao ator negro somente lhe cabe o personagem construído como negro. E ainda, personagens, quase sempre, secundários ou descartáveis, interpretando papéis sociais subalternos dentro da estrutura social brasileira. A discriminação que acomete os atores negros é nivelada conforme a intensidade de seus graus de mestiçagem. Quanto mais traços não-brancos apresentarem, mais facilmente serão vinculados aos estereótipos negativos. Assim sendo, a acentuação de traços negros ou indígenas significa necessariamente a associação do artista a personagens secundários e estereotipados da trama (FARIA; FERNANDES, 2007, p. 13).

Tendo em vista que, a telenovela pode ser considerada como um dos principais agentes de construção e propagação de modelos identitários na televisão brasileira, torna-se difícil não pensar, assim como observaram as autoras, que tipo de identidade negra está se reproduzindo e se solidificando, por meio desse produto midiático diariamente? Segundo as pesquisadoras as telenovelas, ao passo que associam o sujeito negro a falta de notoriedade, a papéis sociais insignificantes, sem voz e sem carisma, legitimam uma violência racista por meio da ficção seriada. Isto é, a construção e propagação de uma identidade negra negativa, dócil e acrítica (FARIA; FERNANDES, 2007, p. 15).

Neste momento, acreditamos que a desconstrução das imagens criadas e reproduzidas acerca do grupo social aqui abordado, é de extrema importância para o fortalecimento de uma tomada de consciências das diferenças e, além disso, conforme sugere Munanga, para o processo de fomentação da formação das identidades contrastivas, hetero-atribuídas e auto-atribuídas. Para tanto, antes de qualquer coisa, é preciso que os povos historicamente oprimidos e discriminados se desembarquem dessas imagens em si depreciativas, pois nossa identidade é parcialmente formada pelo



reconhecimento ou pela má percepção que os outros têm dela. Ou seja, como podemos perceber nos argumentos até aqui expostos, uma pessoa ou um grupo de pessoas pode sofrer um prejuízo considerável e/ou uma deformação real se as pessoas ou sociedades que os rodeiam lhes devolverem uma imagem limitada, depreciativa ou desprezível deles mesmos. Assim, o não reconhecimento ou o reconhecimento inadequado da identidade do “outro” pode causar sérios danos ou prejuízos ao aprisionar alguém num modo de ser ilusório e reduzido (MUNANGA, 2003).

Neste contexto, em consonância com o pensamento de Munanga (2003) a ausência de reconhecimento da identidade não apenas demonstra um esquecimento do respeito habitualmente legítimo. Ela pode ocasionar uma ferida horrenda ao oprimir suas vítimas a uma permanente aversão de si. Como explica brilhantemente o autor, em diálogo com outros literários que escrevem sobre o tema, o reconhecimento não é apenas uma cortesia que se faz à uma pessoa: é uma necessidade humana vital. Por esta forma, em um Estado nacional como o Brasil, e em todos os países do mundo hoje pluralistas, as relações entre democracia, cidadania e educação não podem ser observadas sem considerar o multiculturalismo. Todavia, cada país deve criar os conteúdos do seu multiculturalismo em conformidade com as particularidades de seus problemas sociais, étnicos, raciais, de gêneros, etc. (MUNANGA, 2003, p. 6).

Ao mencionar exemplos de como promover o reconhecimento das diferentes identidades existentes em nosso país, bem como a ampliação e difusão dos direitos políticos e sociais para aos povos permanente oprimidos, isto é, habitualmente sujeitos a situações de iniquidade, Munanga atribui maior peso aos processos educacionais, como mecanismo fundamental para redução dos preconceitos e busca de uma convivência harmoniosa entre os diferentes grupos. Assim, o mesmo, assegura que ensinar aos alunos as contribuições dos diferentes grupos culturais na construção da identidade nacional; mudar o currículo e a instrução básica, refletindo as perspectivas e experiências dos diversos grupos culturais, étnicos, raciais e sociais; realçar o respeito e a aceitação dos grupos específicos na sociedade; constituem subsídios indispensáveis para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e de justiça social para todas as pessoas, e, por conseguinte, para criação de uma nação mais democrática e igualitária no que toca o respeito aos diferentes povos existentes em nossa sociedade, o ensejo de melhores condições de vida e, portanto, dignidade humana.



Consideramos, portanto que existe sim uma identidade humana, contudo trata-se de uma identidade diversificada, ajustada com as experiências e modos de vida específicos de cada grupo social. Logo, diversificada na forma de pensar, de agir, de julgar e de sentir próprias às comunidades culturais, de língua, de sexo, às quais pertencem os indivíduos e que são irredutíveis às outras comunidades (MUNANGA, 2003). Sabe-se que a despeito do empenho dos movimentos negros em realizar uma nova definição identitária para o negro, com o fim de dotar-lhe de consciência política e de uma identidade étnica mobilizadora, em oposição a ideologia de democracia racial fundada num racismo universal (universalista, assimilacionista, integralista), essa noção ideológica ainda apresenta forte peso no pensamento social brasileiro.

De acordo com Munanga, ao passo que a mestiçagem representou o caminho para nivelar todas as diferenças étnicas, raciais e culturais que dificultavam a formação do povo brasileiro, orientado pelo ideário do processo de branqueamento da população (inacabado), marcou expressivamente o inconsciente e o imaginário coletivo de nossa sociedade (MUNANGA, 1999). Assim, essa divisão entre uma identidade universalista do homem e uma identidade singular esta presente no cotidiano de todas as pessoas. Segundo o autor supracitado, no contexto brasileiro atual, ela acirra os debates apaixonados entre os defensores de políticas universalistas e de políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a qual buscamos realizar não pretende de maneira alguma exaurir os aspectos históricos políticos e sociais que abrangem as questões suscitadas neste artigo. O que se pretendeu foi demonstrar, por diferentes formas, a importância de valorizar e, sobretudo reconhecer as identidades particulares, que fazem de cada ser humano um eu, ou seja, uma subjetividade. Construir a identidade negra como diferença é requerer o valor social, por décadas destituído, é exigir que esta diferença seja percebida livre de desigualdades. É, portanto, admitir que esta identidade não resulta de lutas sociais travadas na contemporaneidade, mas de uma construção social elaborada ao longo da história. Isto é, evocar força política a consciência negra é dotar a história de um sentido (BARROS, 2009). Sentido que, alimente e consolide o que hoje se constitui no desejo



de que um dia a identidade negra não careça mais ser socialmente afirmada, pois todas as formas de manifestação dos racismos sociais, raciais e étnicos, já não existiram. Desta maneira, a alteridade do outro poderá ser percebida e apreendida, por meio da convicção de que ele se afirma como sujeito e não como um objeto ou animal. A ideia de “raça negra” possivelmente cederá espaço a noção de “identidade negra” como acepção agregadora. Contrariando a ideologia historicamente forjada acerca da divisão dos povos e promovendo uma integração de dimensões mais favoráveis ao contexto social e experiências de vida de cada grupo.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz: Casa-grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. São Paulo: 34, 1994.

BARROS, José D' Assunção. *A construção social da cor: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira* – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. *A força da representação*. A Economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____, P. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense. 1990.

BUONICORE, Augusto. *Reflexões sobre o marxismo e a questão racial*. Revista espaço acadêmico, n°51, agosto de 2005. Ano V. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/051/51buonicore.htm#_ftn1>. Acesso em: 20 set. 2009.

FARIA, Cristina Brandão; FERNANDES, Danubia Andrade. *Representação da identidade negra na telenovela brasileira*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Agosto, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

_____, Florestan. 1972. *O negro mundo dos brancos*. São Paulo, Difel.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

MOTA, C.G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)* – no prelo. São Paulo: 34, 2008.

MUNANGA, Kabengele. “*Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*”. In: **Cardernos Anped** - Palestra proferida no Seminário de Formação Teórico



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Metodológica. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/05diversidade.pdf> . Acesso em: 08/07/2010.

_____, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia*. Niterói: EDUFF, 2000.

_____, Kabengele. Prefácio; In: CARONE, Iray; BENTO, Aparecida Silva Maria (org). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAID, E.W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VENTURA, Roberto. *Folha explica Casa-grande e senzala*. São Paulo: Publifolha, 2000.